

## México: a crise de 1995 em perspectiva histórica

---

*Sérgio de La Peña*

### **Introdução**

A sustentabilidade do crescimento econômico do México só é possível mediante a reinserção inteligente do país nas novas condições mundiais da atual etapa superior do capitalismo. A outra referência que não pode ser ignorado é o conjunto de mudanças que, para bem ou para mal, foram impostas ao longo de uma década de comoções, desequilíbrios, violentas rupturas de relações sociais e de estruturas produtivas e comerciais. São estes os antecedentes de toda discussão atual sobre o México e suas perspectivas.<sup>1</sup>

### **1. A modificação do regime econômico. Primeira tentativa**

É preciso recordar que a transição no México se iniciou de maneira consistente a partir da crise da dívida externa em 1982, que sacudiu o mundo financeiro. Mas suas causas profundas provinham da inadequação do regime econômico e das deficiências e excessos dos dirigentes políticos e econômicos do país ante as grandes mudanças mundiais que se iniciaram uma década atrás. De fato, tais mudanças passaram, até então, quase inadvertidas no México, onde a propaganda oficial e de alguma maneira até a oposição compartilhavam a visão de que o caso mexicano tinha um carácter único.

Em todo caso, a comoção explodiu nos anos 1981/82, quando se tornou impossível o pagamento da dívida externa devido ao fim das fontes de financiamento externo (conseqüência, em grande parte, do enxugamento do mercado mundial de capitais), do aumento súbito das taxas de juros internacionais, e da queda de preços de exportações, diante de compromissos caros e de curto prazo que foram adquiridos de maneira precipitada e equivocada pelo governo perante o desequilíbrio externo, impossível de controlar desde o começo dos anos 80. O pano de fundo da crise era a insuficiência estrutural de competitividade da economia perante o exterior, decorrente de décadas de proteção irresponsável e de corrupção.

A compreensão do que acontecia era em tal grau equivocada que a grave emergência foi enfrentada primeiro através de políticas tradicionais que,

---

(1) Cabe destacar que a abundância de informação estatística que desde meados dos anos 80 existe, não tem correspondência com a sua confiabilidade. É o caso das séries do PIB e sua transformação a dólares, entre muitos outros aspectos. Traduzido do espanhol por Gloria Ana Mascarello de Piuselli. Revisão técnica de Mariano F. Laplane e Marcelo W. Proni.

obviamente, mostraram sua ineficácia. Dois anos mais tarde optou-se pelo “ajuste recessivo” dirigido a desmontar o regime de nacionalismo econômico de vigorosa proteção, intervenção estatal e ordenamento mais ou menos corporativo da sociedade, para empreender a abertura do mercado ao exterior, o predomínio do mercado, a centralidade da concorrência, da empresa privada e da intervenção estrangeira. A virada deveu-se em parte a pressões externas, mas não menos às do novo grupo político e técnico que deslocou do poder ao histórico “priista” que havia levado o país ao beco sem saída do nacionalismo revolucionário. De fato foi um auto-golpe de Estado silencioso, a virada radical do governo com respeito ao programa com o qual chegou ao poder.<sup>2</sup>

A reorientação do regime econômico era inevitável ante as modificações mundiais do capitalismo, não assim a violência com que se procedeu para efetuar o trânsito. Menos ainda, a modalidade adotada de desregularização radical e de economia abandonada aos impulsos do mercado interno e externo que, além de altamente traumáticas, prometiam e resultaram ser ineficazes diante de outras opções já provadas no mundo.

Em todo caso, os preparativos para a mudança começaram a concretizar-se. Em meados de 1985 empreendeu-se a abertura radical e unilateral da economia, completada em dois anos. Em 1986, o país ingressou ao GATT.<sup>3</sup> Ao mesmo tempo avançou a privatização da economia. Dela faz parte a venda de empresas para-estatais e a restrição da ação pública quanto à eliminação de subsídios e à diminuição do investimento público, inclusive em setores tão estratégicos como o petróleo.<sup>4</sup>

A expectativa do novo esquema liberal era que, com a abertura e com a adequação da economia, o investimento estrangeiro chegaria em abundância e seria o motor da transformação tecnológica da planta produtiva para torná-la competitiva. Esperava-se que isto provocasse uma verdadeira “reconversão industrial”, como seriam conhecidos depois tais processos. Os empresários nativos fariam o resto, e a economia seria sã e competitiva.

É certo que a economia sofreu severas rupturas desde o início da crise, devido à radical adstringência do financiamento interno e externo, do gasto público, e devido às alterações estruturais face à modificação acelerada das relações econômicas. Dentre essas, destaca-se a abertura unilateral, acelerada e radical da economia ao exterior, desde meados de 1985, de maneira que no final

---

(2) Não é consolo, mas a manobra se repetiu na América Latina com notável regularidade desde então. Vale evocar os casos dos governos de Carlos Andres Perez e Carlos Menem, para citar os mais conspícuos.

(3) O ingresso ao GATT foi sintomático após a rejeição da primeira tentativa feita pelo governo, quando da sua criação, ao final dos anos 40, com o argumento de que comprometia a regulação e promoção econômica, e da segunda tentativa feita em 1980. Em 1986 a resistência foi menor e facilmente ignorada.

(4) As orientações do FMI neste sentido, reiteradas pelo Plano Baker de 1986, foram reclamadas como próprias pelos autores da rodada (Aspe, 1993). A decadência de investimentos em petróleo foi tal, que de 1.023 quilômetros de poços perfurados de pesquisa e exploração em 1982, reduziu-se a 300 em 1989 (PEMEX).

de 1987 a proteção havia-se desmantelado.<sup>5</sup> Ao mesmo tempo restringiu-se a intervenção estatal nos processos produtivos, a regulação de preços e os subsídios ao consumo e à produção. Entretanto, aumentou a ação estatal para impor transformações, cargas sociais e tributos.<sup>6</sup>

As conseqüências das mudanças foram significativas entre 1982 e 1988. O período transcorreu entre a paralisação da atividade (o PIB cresceu 0,2% a.a.), a demanda interna (cresce 0,3% a.a.), as tormentas cambiais (de 26 pesos por dólar, passa para 2.300), a intensa inflação (com máximo anualizado de 160% no final de 1987), o encarecimento das importações, e a contração do crédito e do gasto público em termos reais. O aparelho produtivo sofreu severas tensões. A desocupação se acentuou e se converteu em subocupação maciça refugiada em atividades informais. Os salários reais não paravam de cair, devido às limitações impostas pelo governo e ao seu ajuste.<sup>7</sup>

Ao mesmo tempo, diminuiu o tradicional traço anti-exportador de muitas empresas, sobretudo as vinculadas a investimentos estrangeiros. Em geral, a vantagem foi muito grande para a exportação, entre a contração salarial e a tendência à subvalorização do peso que prevaleceu no período, que baixava o preço em dólares dos insumos nacionais.<sup>8</sup> Em troca, as importações em *pesos* encareceram para os produtores e para o mercado interno. Isto, somado ao estancamento da economia, provocou a manutenção das importações em torno de US\$12 bilhões entre 1984 e 1987, apesar da abertura do mercado. Em contrapartida, em 1988 aumentaram 52% (e 24% a.a. de 1989 até 1994) ao iniciar-se a recuperação, quando o parque produtivo ressentiu-se da concorrência das importações.<sup>9</sup>

É certo que a partir de 1987 melhorou a produtividade industrial (Tabela 1), mas foi mais um efeito estatístico devido ao fechamento de plantas, à desocupação em massa de trabalhadores menos qualificados, e ao avanço do segmento exportador, do que devido a um movimento geral de modernização e tecnificação do parque produtivo. A exceção foram as empresas exitosas,

---

(5) A produção protegida passou a ser de 92% em julho de 1985 a 25% em dezembro de 1987. De la Peña (1992).

(6) A mudança foi possível pelo amplo consenso que havia, mesmo que abalado pelas rupturas ideológicas contra o populismo e o pacto social. Isso explica o escasso protesto que houve.

(7) A deteriorização dos salários reais iniciou-se em 1977, mas a renda familiar melhorou devido à maior ocupação até início dos anos 80, quando se contraíram os salários diretos e indiretos e decaiu o mercado de trabalho.

(8) O coeficiente de exportação com relação ao PIB total passou de 9,3% a 17% entre 1981 a 1989, e a 30% em 1995 (INEGI em poder Executivo Federal 1994 e 1996), sobretudo pelas empresas industriais, e dentro destas, as transnacionais. Por isso, mesmo apesar dos novos produtos e produtores, persiste a concentração. Quanto à subavaliação, ver Goicoechea (1996: 106).

(9) O atraso do desmantelamento da economia em relação à abertura desgastou o argumento empresarial e da oposição contra esta. Quando se intensificou, o crescimento apagou os protestos.

exportadoras ou não, que por iniciativa própria o fizeram, porque não houve nem há, para além da retórica, uma política de mudança tecnológica.<sup>10</sup>

A ruptura e a eliminação acelerada do protecionismo que tinha mais de meio século de vigência, e a concorrência quase livre com as importações, não renunciaram, nos anos 80, a recriação dos equilíbrios vitais nem o crescimento. O que era natural, os dois motores estratégicos do intento de construção de uma economia aberta e competitiva, não operaram totalmente. É verdade que o investimento estrangeiro se recuperou um tanto, mas não ao ponto de cobrir as deficiências do investimento doméstico, em grande medida porque, até o final dos anos 80, persistiu a grande restrição mundial de capitais. A maioria das empresas no México, por sua vez, dedicavam-se a subsistir, e poucas faziam investimentos.<sup>11</sup>

Tabela 1  
México: Indústria manufatureira, 1980/1995

Ano	PIB (1)	Exportação (2)	Importação (3)	Produtividade (4)
1980	1.464	3.030	16.408	100.0
1981	1.596	3.360	21.037	101.6
1982	1.563	3.018	12.971	100.9
1983	1.423	4.583	6.644	101.0
1984	1.490	5.595	9.122	103.0
1985	1.562	4.978	11.261	105.9
1986	1.474	7.969	11.307	102.3
1987	1.523	10.499	11.941	104.3
1988	1.560	12.332	18.176	107.5
1989	1.683 <sup>(a)</sup>	13.191	23.046	111.9
1990	1.796 <sup>(a)</sup>	15.138	28.812	116.7
1991	1.859 <sup>(a)</sup>	16.670	35.668	123.2
1992	1.937 <sup>(a)</sup>	17.627	44.816	131.1
1993	1.924 <sup>(a)</sup>	20.765	45.901	140.2
1994	2.002 <sup>(a)</sup>	24.940	55.072	151.4
1995	1.911 <sup>(a)</sup>	36.448	43.030	

Fontes e notas: <sup>(1)</sup> Milhões de novos pesos de 1980. (INEGI).

<sup>(2)</sup> e <sup>(3)</sup> Dados FOB. Milhões de dólares. (Banco do México).

<sup>(4)</sup> PIB/Pessoa ocupada com base *Encuesta Industrial Mensual*.

<sup>(a)</sup> Fixados com série a preços de 1993.

Cinco anos depois de iniciada a grande virada, os resultados eram frustrantes. A velha economia estava destruída e a nova não tinha a energia necessária para arrastar o país. Ainda em 1988, a eleição presidencial deu início ao reclamo popular nas urnas pelos anos de sacrifícios e pela ruptura do pacto social

(10) Abandonou-se desde 1985 a programação industrial e toda intenção de aplicar uma estratégia de fomento Clavijo & Casar (1994).

(11) O financiamento externo total passou do máximo de US\$30 bilhões em 1981, para US\$400 milhões em 1985, mas atingiu US\$4 bilhões em 1989. Em 1990, elevou-se para US\$16,9 bilhões, ao aumentar a oferta mundial, começar a negociação do Tratado de Livre Comércio e abrir-se o mercado de valores.

sem nada em troca. O governo utilizou todo o seu poder de manipulação para evitar o triunfo da oposição.<sup>12</sup>

## 2. A integração com os Estados Unidos. Segunda tentativa de reinserção

A negociação e assinatura do Tratado de Livre Comércio – TLC, entre 1990 e 1993, e sua entrada em vigor em Janeiro de 1994, foi a solução ao dilema que enfrentava a cúpula econômica, de insistir no crescimento aberto da economia ilhada, que não havia dado resultados e ameaçava a estabilidade política, e numa maior internacionalização. Optou-se por esta, sob a forma da reinserção mundial através do TLC, com vistas a uma maior integração do México aos Estados Unidos, velho projeto que se discutia desde os anos 60.<sup>13</sup>

Pactar os termos do TLC e aprová-lo exigiu muitas mais adequações, seja nas estruturas jurídicas, na facilitação do investimento direto (1989), na eliminação do controle de câmbio (1991), ou no fim à divisão agrária e procedendo à amortização das terras públicas (“éjidos”) para incorporá-las ao mercado.<sup>14</sup> Negociou-se a dívida externa com os bancos credores, dentro das exigências do Plano Brady, acelerou-se a privatização de empresas para-estatais, sendo essas reservadas a intervencionistas nativos em condições de privilégio, no melhor estilo nacionalista, para prenunciar a criação de fabulosas fortunas.<sup>15</sup> Parte da renda proveniente dessas liquidações (bancos, minas, indústrias, telefones, linhas aéreas) foi aplicada pelo governo no saneamento das finanças públicas, assim como em programas sociais ante a miséria crescente e as pressões externas para que se fizesse algo a esse respeito.<sup>16</sup>

A negociação da TLC empreendeu-se no momento em que aumentava a oferta mundial de capitais, que começaram a chegar em abundância ao México. Além disso já havia ocorrido, nesse momento, uma certa depuração da planta produtiva pelo desaparecimento de unidades que não suportaram a concorrência. Tudo isso favoreceu, nos anos 90, o restabelecimento da estabilidade

---

(12) Uma evidência antecipada da mudança foi a atenção a grupos em pobreza extrema, como demandou e financiou o Banco Mundial.

(13) O êxito do Mercado Comum Europeu sugeriu nos anos 60 a idéia de um processo similar em América do Norte, e em muitas outras regiões (Mercado Comum Centroamericano, por exemplo). Mas teve pouco eco no México devido ao nacionalismo econômico que perdurou por mais duas décadas e devido à rejeição de importantes setores dos Estados Unidos a tal vínculo.

(14) A reforma do artigo 27 Constitucional permite privatizar as terras de pastagem pública por decisão coletiva, para sua compra / venda, que muitos desejavam fazer ou fizeram de modo ilegal. Mas a terra pode-se perder por dívidas, enquanto que antes elas eram perdoadas de vez em quando. É o fim do pacto histórico com os camponeses. As atuais revoltas armadas se sustentam neste mal-estar.

(15) De um total de 1.058 empresas para-estatais existentes em 1982, reduziram-se a 549 em 1990, e a 239 em 1996, mediante liquidação, fusão ou venda. Poder Executivo Federal (1996). Outras fontes, com cifras diferentes, apontam igual tendência.

(16) Conseguiu-se um grande prazo para abrir o campo financeiro no TLC, mas em 1995, com a crise, foi deixado de lado para salvar bancos falidos. Não houve protestos.

macroeconômica, mediante uma estrita austeridade pública e controle dos salários (que se recuperaram um pouco). Ao mesmo tempo, a abertura do mercado de valores ao capital externo permitiu-lhe captar, entre 1990 e 1993, um grande volume de capital de curto prazo.<sup>17</sup> O apetite insaciável de capital fez que fossem aceitos todos os investimentos e financiamentos possíveis, sem moderação nem prudência.

A conseqüência óbvia já tinha sido considerada na obra clássica de meio século atrás (Comisión Mixta, 1953). Os capitais externos excederam em muito a capacidade da economia de absorvê-los produtivamente. Uma grande parte foi desviada para a importação, e outra foi esterilizada. Nesse contexto, ao ser mantida a ancoragem da taxa de câmbio como instrumento central da política monetária, aconteceu a previsível pressão sobre a paridade.

Tabela 2  
Crédito e carteira vencida.  
Banca comercial. 1989/1995 (%)

Ano	Crédito/PIB	Carteira vencida/Carteira total	Carteira vencida/Capital + Reserva + Resultados
1989	18,5	1,7	29,2
1990	22,1	2,3	42,8
1991	25,9	3,1	61,5
1992	31,2	4,2	77,0
1993	34,8	5,6	96,5
1994	43,5	6,6	131,5
1995	43,6	12,3	852,8

Fonte: Banco do México.

Em todo caso, a partir de 1989, o efeito da abundância de investimentos diretos estrangeiros e em portfólio foi muito intenso. Elevaram-se as exportações totais, em parte pela negociação e abertura do TLC (crescem em dólares 12% anual entre 1988 e 1994), e ainda mais as importações e os pagamentos de juros da dívida e de remessa de lucros de investimentos estrangeiros (crescem 18% a.a.), gerando-se assim um imenso déficit em conta corrente, financiado com capital externo.<sup>18</sup> A justificativa assumida para a manutenção dessa conduta imprudente foi que se financiava com dívida privada que não comprometia a nação.<sup>19</sup>

Diante dessas condições, a tendência à sobrevalorização do *peso* era inevitável. É verdade que tinha efeitos positivos, como reduzir a inflação (para 8% em 1994), e favorecia os exportadores ao colocar à sua disposição insumos

(17) De US\$3,4 bilhões em 1990 chegou a US\$28,9 bilhões em 1993. Em média foi de 4 a 5 vezes o investimento direto nesses anos, que por sua vez se multiplicou por 3 com relação à média do fim dos anos 80. A proporção de investimento em portfólio, com relação ao PIB, passou de 1,3% em 1990, a 7,4% em 1993 e 3,1% em 1994 (Tabelas 1 e 2).

(18) A exportação total de bens cresceu 12% anual entre 1989 e 1994, a de "maquila" 16%, e a de manufaturas 31%. Por sua vez o déficit em conta corrente, passou de US\$5,8 bilhões a US\$29,7 bilhões (INEGI).

(19) No México se repetiram todos os erros e inaptidões de uma reinserção mundial, descritos por Mckinnon (1973).

importados baratos. Mas, também tinha efeitos negativos, como o de diminuir a competitividade da produção interna diante das importações, e desvinculá-la ainda mais da exportação.

Desta maneira, a participação das importações na oferta global elevou-se, de 10,4%, em 1988, para 18,1% em 1994, a maioria formada de manufaturas.<sup>20</sup> Ao mesmo tempo as exportações de manufaturas cresceram 21% a.a. entre 1982 e 1995, sem com isto eliminar o desequilíbrio externo do setor. Desta maneira, o déficit em conta corrente superou, desde 1991, o nível máximo que, uma década atrás, ocasionara o desmoroamento sob o regime protegido. Mas há diferenças de fundo porque, entre 1980 e 1982, as importações superaram de 4 a 5 vezes as exportações e, entre 1992 e 1994, somente 2,2 vezes. Há quem veja no desequilíbrio reiterado uma evidência de inviabilidade.<sup>21</sup> Entretanto, uma política sensata poderia acelerar a exportação e substituir parte do grande volume de importações aproveitando as vantagens do TLC e do baixo custo do trabalho, que é 40% menor que nos Estados Unidos, incluída a diferença em produtividade.<sup>22</sup> Tal tentativa não seria novidade, já que foi praticada com êxito, por exemplo, em países do sudeste asiático.

A recuperação da atividade econômica foi irregular entre 1989 e 1994 (3,9% a.a.), o que foi natural ante o aumento do investimento de apenas 8% a.a.<sup>23</sup> Na realidade só cresceram os ramos exportadores e alguns outros, sendo que o restante retrocedeu. Assim, o setor manufatureiro, suposto motor da economia, cresceu somente 3,5% a.a. e desocupou 160.000 trabalhadores no período (16% do total). As deficiências do desempenho econômico destacaram uma e outra vez que o mercado era incapaz por si só de estabelecer uma vinculação adequada entre a economia interna e o setor exportador, inclusive no transporte, onde esta tem sido maior.

### 3. Desmoroamento e reiteração do rumo

O país ficou muito exposto a variações súbitas do capital financeiro mundial em busca de lucros. Assim como a queda da taxa de juros nos Estados Unidos renunciou o ingresso de grandes volumes de capital no início dos anos 90, seu incremento em 1994 provocou sua saída em massa, inclusive dos capitais

---

(20) 90% das importações de mercadorias são de manufaturas, por outro lado *maquiladoras*. De 1990 a 1994 somaram US\$130 bilhões.

(21) Ver Fujii & Loría (1996).

(22) Processos com custo de trabalho de 35% nos Estados Unidos são produzidos com custo de 20% no México (Lecuona, 1996: 94). Então, o salário pode elevar-se no México, mas a produtividade também.

(23) O investimento privado cresceu 9,7% anual entre 1989 e 1994, com um componente estrangeiro em torno de 10%.

mexicanos, e foi fator principal para detonar o desmoronamento de dezembro.<sup>24</sup> De fato, com a política aplicada desde 1985, haviam-se criado as condições estruturais da vulnerabilidade e do endividamento irresponsável que, logo mais, criariam uma situação de bancarrota. A tais fatores estruturais somaram-se novas iniciativas erradas em 1994, como a aposta (impossível de ganhar), de converter a dívida interna em externa e esperar que magicamente seguisse crescendo o formidável fluxo de capitais, dando tempo para que, em um futuro impreciso, as exportações finalmente ganhassem a corrida contra as importações.<sup>25</sup> Além dos desacertos da política econômica, influenciaram, em alguma medida, o surto guerrilheiro em Chiapas, as vicissitudes da negociação da Paz, e os assassinatos do PRI, em família, que ocorreram ao longo de 1994.<sup>26</sup>

O desmoronamento a partir de dezembro de 1994, anunciado ao longo do ano pelas saídas crescentes de capitais externos e nativos, o déficit formidável que se acumulava, e a sobrevalorização do *peso*, abriu espaço ao ciclo de desvalorizações e à retirada em massa de capitais, que se agravou no primeiro semestre de 1995. Aplicou-se uma rigorosa política restritiva para enfrentar a emergência, em combinação com o apoio externo de US\$52 bilhões, a maior contribuição já concedida por parte dos Estados Unidos e FMI (do pacote foi utilizado 60%), no meio de violentos desajustes. Com isso, a economia começou a estabilizar-se em um nível mais baixo (o PIB caiu quase 7% em 1995), com quedas severas no consumo privado (7%, ou seja 9% por habitante), o investimento bruto fixo (29%), no câmbio e nas importações (12%). A inflação cresceu de 7% para 52% (anualizada) em seis meses. O mesmo aconteceu com as exportações, as quais, como sempre, ficaram na sua maioria (80%) a cargo de poucas empresas entre as exportadoras (2,7%).

O crédito diminuiu em 16,7%, mas, ainda pior foi o violento incremento das taxas de juros (a de Certificados de Tesouraria passou de 13,7% em novembro de 1994 para 74,8% em cinco meses) que tornou impossível o pagamento das dívidas, ainda mais sob a radical contração econômica provocada para recuperar os equilíbrios vitais da economia. Em consequência disso, de repente, centenas de milhares de empresas e pessoas tornaram-se insolventes, o que provocou violentas tensões sociais que, um ano e meio depois ainda não tinham acabado. Os bancos, por sua vez, defrontaram-se com uma falência técnica, o que exigiu que se criassem diversos fundos, mecanismos e formas de intervenção para salvá-los. Entretanto, assim como ocorreu em outros aspectos, o desastre bancário se gestou antes, neste caso, desde 1990, com o aumento desproporcional do crédito, a partir

---

(24) A taxa de juros básica nos Estados Unidos passou de 11,3% em 1989, para 6% em meados de 1992. Manteve-se até o 2º trimestre de 1994, mas ao final desse ano era de 8,1% (*Federal Reserve Bulletin*).

(25) Os *Tesobonos* do governo ficaram denominados em pesos mas com uma referência fixa em dólares, que se pagaram em seu vencimento em pesos, com a paridade desse momento, inclusive os juros merecidos.

(26) Entre os desacertos está a renitência em acelerar a desvalorização diária do peso desde 1993. A economia se desajustou e a macrodesvalorização foi de 3,50 pesos por dólar em dezembro de 1994 a 7,50 em 11 meses. Também destaca-se o manejo da dívida.

da grande liquidez gerada pela abundância de capital externo.<sup>27</sup> Com efeito, o sistema bancário recém-privatizado aumentou imprudentemente a concessão de crédito (em relação ao PIB, passa de 18% em 1988 para 22% em 1990 e para 44% em 1995), ao facilitá-lo em excesso, inclusive sem garantias razoáveis, pela combinação de avareza e inaptidão de empresários e amigos metidos a banqueiros.

Uma questão clara é que o desmoronamento e a crise de 1995 não foi apenas um tropeço conjuntural causado por excessos e erros que são usuais no México ao fim de cada administração, mas por deficiências profundas que persistiram apesar de que se mantenha restrito o consumo, deprimidos os salários reais, desapareça outra porção da planta produtiva, e cresçam as exportações.

Em 1995, com o declínio da atividade econômica e do câmbio, elevaram-se as exportações, caíram as importações, desapareceu o déficit externo de mais de US\$18 bilhões, e se obteve um superávit em conta corrente. Um ano e meio depois, renovou-se a atividade econômica. Recuperaram-se os equilíbrios macroeconômicos vitais, mas não um crescimento equilibrado entre exportações e produção para uso interno, entre setores, entre poupança interna e capitais externos, entre abertura e controle, entre livre mercado e regulação. Por isso, é previsível o ressurgimento do déficit externo tumultuoso ao elevarem-se as importações financiadas por grandes volumes de capitais externos que chegam ao país. Assim, haverá novos desequilíbrios, quedas e recuperações violentas.

Talvez a única solução para evitar, em parte, as grandes comoções que promete o caminho retomado, e para manter um crescimento mais sadio, seja o resgate de certas regulações que provaram sua eficácia para erradicar alguns desajustes, como em alguns países do sudeste asiático. Consiste, entre outros, em colocar limites ao capital externo que se incorpora, segundo a capacidade de absorção da economia e sua resistência perante uma eventual saída repentina de parte substancial do capital de curto prazo, de maneira que esta cause um estancamento manejável.<sup>28</sup>

Tanto ou mais importante é a regulação para que os ajustes e transformações, a acumulação e a reprodução do processo produtivo, causem menores custos sociais e econômicos. A abertura repentina e sem redes de segurança, em uma economia atrasada, tem provado ser muito penosa para o país, como tem sido para muitos outros. Pior ainda, está longe de assegurar um trânsito exitoso. De fato, tem provado em outros países ser menos efetiva para o crescimento e a construção de uma economia mais sadia, perante a opção de estratégias e medidas de controle seletivo, tais como o apoio e a promoção

---

(27) A proporção de títulos vencidos situou-se em 30% entre 1989 e 1993, 18% em 1994, e 86% em 1995. Igual desempenho teve a relação de carteira vencida e a soma de capital, reservas e resultados dos bancos comerciais (Banco do México).

(28) Como se viu na crise de 1995, a saída de capitais mexicanos é tão desequilibrante quanto a de capitais externos de curto prazo. Mas, o estabelecimento de um limite ao capital externo admissível é sinal de que alguém está no comando.

temporária de ramos, indústrias ou empresas. Hoje, o caso do México soma-se aos exemplos de fracassos ressonantes da política de desregulação ilimitada.

É obvio que, em qualquer mudança de rumo, a intervenção estatal terá um papel central que não precisa ser ineficaz, a menos que assim se deseje. No México, não apenas tal intervenção na economia tem sido inibida para favorecer a operação mercantil, como também tem se intensificado notavelmente a tarefa de romper estruturas protecionistas, formar outras mais abertas, impor ao trabalho e à população como conjunto, os sacrifícios e as novas normas, e dar apoio aos empresários, além de imensas facilidades que, com frequência, violentam os mercados.

Deste modo, desde meados dos anos 80, está acontecendo uma espécie de “segunda acumulação originária”, comandada pelo governo. Tais ações denotam uma vocação de intervenção e manipulação tanto ou mais intensa que a praticada pelo nacionalismo revolucionário com seu anterior regime protegido, o qual pelos seus exageros não conseguiu um crescimento sadio. A forma atual de intervenção para impor o regime de concorrência desregulada tem sido também ineficaz, até agora, para resolver os problemas do país.

A reorientação é urgente. É insustentável o contraste entre a riqueza ostensiva de um pequeno estrato e a pobreza crescente de dois terços da população. Ou a polarização entre empresas transnacionais e *maquiladoras* exitosas e as ruínas de dezenas de milhares de empresas de nativos. É vital a regulação da economia, da mesma forma que a implementação de programas industriais, agrícolas e comerciais, sobre a base do controle democrático da regulação estatal. Trata-se de que, algum dia, a economia cumpra seu único encargo relevante, o de assegurar condições de vida material adequadas aos habitantes do país, coisa que a atual via imposta não promete.

Nada disso é possível sem um novo pacto social de acordo com as novas condições econômicas. A partir de 1984, o governo destruiu as bases ideológicas e de reprodução consensual do nacionalismo revolucionário, que tampouco eram muito sadias. Entretanto, o problema maior é que não criou novas bases e que, além disso, apela para formas anteriormente utilizadas para o controle social e político, como o programa de Solidariedade do governo anterior, e para a reprodução de um corporativismo vergonhoso. A consequência é o equívoco, a tensão social, a frustração, as demandas sem resposta.<sup>29</sup>

No caso de não se estabelecer tal compromisso histórico nacional, o país seguirá fraturando-se, com ou sem exportações e capitais externos. O problema não é simples. Deve-se construir outra cultura e outra nação, com uma economia aberta e exportadora. Mas, esta tem que ser democrática, participativa e justa, para aspirar a ser razoavelmente estável.

---

(29) O conflito do EZLN em Chiapas, o novo surto guerrilheiro do EPR e a instabilidade política crescente ilustram como poucos o desencontro entre as demandas populares e o governo.

### **Bibliografía**

- ASPE, P. *El camino mexicano a la transformación*. México: Fondo de Cultura Económica, 1993.
- CLAVIJERO, F., CASAR, J. I. (Comp.). *La industria mexicana en lo mercado mundial. Elementos para una política industrial. Lecturas del Trimestre Económico*, México, n. 80, 1994.
- COMISIÓN MIXTA. *El desarrollo económico de México y su capacidad para absorber capital del exterior*/R. Ortiz Mena et al. México: NAFINSA, 1953.
- DE LA PEÑA, S. Los orígenes históricos de crisis en México. *Revista Ensayos*, México, v. 2, n. 7, 1985.
- \_\_\_\_\_. Demolición de un proyecto nacional. *Revista Memoria-Cemos*, n. 46, Sept. 1992.
- GOICOECHEA, J. Evolución reciente del sector externo mexicano. *Comercio Exterior*, v. 46, n. 2, Feb. 1966.
- IANNI, O. *Teorías de la globalización*. México: Siglo XXI, 1993.
- LECUONA, R. Reforma estructural, movimientos de capital y comercio exterior en México. v. 46, n. 2, Feb. 1994.
- MCKINNON I. R. *Money and capital in economic development*. Washington: Brookings Institution, s.d.
- MÉXICO. Presidencia de la República. Poder Ejecutivo Federal. *6º Informe de Gobierno*. Anexo. 1994.
- \_\_\_\_\_. *2º Informe de Gobierno*. Anexo. 1996.
- NAFINSA-CEPAL. *La política industrial en el desarrollo económico de México*. México: NAFINSA, 1971.

### **Resumo**

Os desequilíbrios da economia mexicana que culminaram com o colapso de 1995 são consequência da forma da reconversão e da reorientação do crescimento empreendidos no início dos anos 80 para alcançar níveis de competitividade internacional, na expectativa de atrair abundantes investimentos externos. A ruptura com o nacionalismo econômico e a abertura para a reinserção na economia mundial desembocaram na negociação do TLC. O desempenho do México, até meados dos anos 90, esteve marcado por políticas de suposto corte neoliberal, mas na realidade carregadas de uma intensa intervenção estatal, que modificou sua forma tradicional, mas não diminuiu sua intensidade. Essas políticas mostraram não ser eficazes para um crescimento sustentado, com baixos custos sociais, embora tenham obtido grande êxito exportador, equilíbrio fiscal e controle da inflação. A catástrofe de 1995 e seus enormes custos destacam a persistência de deformações estruturais e de políticas equivocadas pelo autoritarismo prevalecente.

**Palavras-chave:** Economia – México; Planejamento econômico; Desenvolvimento econômico; Intervenção estatal.

### **Abstract**

Economic policy strategies aiming at restructuring and redirecting growth through increasing international competitiveness and attracting foreign direct investment were adopted in Mexico during the eighties. Such policies resulted in macroeconomic unbalances that led in 1995 to the collapse of the Mexican economy. The departure from economic nationalism and the move towards increasing

integration into the world economy led to the negotiation of the Free Trade Agreement. Neoliberal economic policy allegedly favoured the functioning of market mechanisms but in fact the intensity of State intervention did not decrease, it merely adopted new forms. The new policy showed itself to be unable to foster sustained growth, with low social costs, in spite of being successful in creating export growth, fiscal balance and in keeping inflation under control. The collapse of 1995 reveal the persistence of severe structural problems in the Mexican economy.

**Key-words:** Economy – Mexico; Economic development; State intervention.